



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202071001506	Distribuição: 20/08/2020
Número Único: 0001969-71.2020.8.25.0036	Competência: 1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Dados das Partes

Requerente: JOSÉ MARCOS VALENTIN PINTO
Endereço: ESTRADA DA CAUEIRA
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: ITAPORANGA D'AJUDA - Estado: SE - CEP: 49120000
Requerente: Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289/SE
Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202071001506

DATA:

20/08/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202071001506, referente ao protocolo nº 20200820163604112, do dia 20/08/2020, às 16h36min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez, Ato Ilícito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA ____ VARA CÍVEL DE ITAPORANGA D'AJUDA/SE.**

JOSE MARCOS VALENTIN PINTO, casado, desempregado, RG nº 3.216.090-9 SSP/SE, CPF: 019.582.395-85, residente e domiciliado na Estrada da Caueira, S/N, Bairro Centro, Itaporanga d'Ajuda/SE, CEP: 49120-000., não tem endereço eletrônico, vem, através do seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Travessa Guaporé, nº 889, bairro América, Aracaju/SE, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para propor:

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE DANO
MORAL**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (ARTIGO 319,
INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela **NÃO** realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

I - DOS FATOS

02. O Requerente sofreu um acidente de trânsito quando trafegava de ciclomotor, este colidiu com uma motocicleta não identificada, com o impacto, os ocupantes do veículo foram lançados na pista de rolamento tendo o Requerido sofrido uma fratura no braço direito, maxilar e lesão na perna direita, o Requerente foi levado ao Hospital de Itaporanga D'Ajuda/SE e posteriormente transferido para o Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE, relato obtido pelo B.O em anexo.

03. Em virtude do acidente, o Requerente deu entrada no HUSE, onde foram identificadas as sequelas deixadas após o acidente de trânsito, conforme vemos nos relatórios médicos anexados aos autos, apesar do bom procedimento médico, o Requerente ficou com sequelas permanentes.

04. O relatório médico produzido pelo Dr. Renato Teixeira, CRM 1450, ortopedia e traumatologia, que analisou todo o histórico médico do autor e com base na documentação médica aqui também colacionada, após exame clínico e físico, concluiu que o acidente deixou como sequelas distúrbios cognitivos, cefaleia, tontura frequente, tinido no ouvido, amnesia frequente, insônia frequente e distúrbio de comportamento ansiedade e nervosismos, relatório médico aqui colacionado.

05. Apesar de toda a documentação e provas, comprovando o acidente de trânsito e comprovando as sequelas deixadas pelo acidente, a Requerida negou o pagamento da indenização.

06. Diante disso, não restou ao Requerente outro meio senão procurar o poder judiciário e propor a presente demanda para que seu direito possa ser resguardado, devendo a Requerida ser compelida a pagar a indenização referente ao seguro DPVAT.

II - DO DIREITO

II.I-DO DEVER DE INDENIZAR DA REQUERIDA

07. O seguro DPVAT, é um seguro obrigatório responsável pelo pagamento da indenização aos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, é um procedimento simples e sequer é preciso advogado ou terceiro para fazer sua solicitação, para o seguro ser pleiteado, basta apenas, comprovar o acidente de trânsito e os danos sofridos em decorrência do mesmo, além disso, sequer é preciso comprovar a culpa dos envolvidos, entendimento do artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”
(Grifamos)

08. Já os artigos 3º e 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcritos), estabelece as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito.

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações **por morte, por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada*

(...)

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”
(grifos nosso)

09. Como podemos ver, o Requerente esta coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino, ciente disso o autor seguiu todos os procedimentos necessários para obter o seguro, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos, porém, a Requerida negou o seu pedido de pagamento da indenização.

10. Em virtude da negativa ao seu pedido de pagamento do seguro pela Requerida através da esfera administrativa, vem o Requerente, perante Vossa Excelência, requerer a condenação da mesma no pagamento da indenização estabelecida no art. 3º, alínea II da Lei 6.194/74, **no valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referente aos danos causados em virtude ao acidente de transito sofrido, danos cognitivos,** seguindo os parâmetros determinados na tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado.

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<i>Danos Corporais Totais</i>	<i>Percentual</i>
<i>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</i>	<i>da Perda</i>
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores</i>	100
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior</i>	
<i>Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral</i>	
<i>Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental</i>	
<i>alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre</i>	
<i>deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)</i>	
<i>comprometimento de função vital ou autonômica</i>	
<i>Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais,</i>	

<i>pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital</i>	
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos</i> <i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores</i>	70
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés</i>	50
<i>Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar</i> <i>Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo</i>	25
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão</i> <i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé</i>	10
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho</i>	50
<i>Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral</i>	25
<i>Perda integral (retirada cirúrgica) do baco</i>	10

II.III-O DANO MORAL

11. O Requerente, através de ato praticado pela Requerida, não recebeu a indenização devida em virtude do acidente de trânsito sofrido, embora o benefício esteja disciplinado em lei própria e a mesma tenha preenchido os requisitos para ter acesso à indenização a Requerida negou o pagamento ao Requerente.

12. Tal ato praticado pela Requerida prejudicou muito o Requerente e sua família, que ficaram sem acesso a uma renda que os ajudariam no custeio de seu tratamento médico, o caso concreto se amolda nos preceitos contidos Código Civil, mais precisamente nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo

transcritos, que deixa bem clara a responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem.

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(...)

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

13. O Requerente, além de ter sido vítima do acidente, sofreu e sofre com as sequelas deixadas pelo acidente, teve o seu pedido negado, mesmo juntando todas as provas necessárias para o seu provimento, o que deixou o autor abalado com a sensação que as leis no país não são cumpridas e sentindo-se abandonado, sentimento esse que repercutiu no seu íntimo.

14. Além do que, o recebimento da indenização daria ao autor e a sua família melhores condições, amenizando suas preocupações com as contas referentes ao seu tratamento de saúde, já que os mesmos são pessoas de baixa renda, inclusive, entendemos ser essa a função da indenização, já que os valores estabelecidos na lei não são altos, servindo tal indenização apenas para o custeio do tratamento de saúde e ajuda na recuperação do acidentado, tanto é que a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, que determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação, esse prazo foi prorrogado para 30 dias, pelo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, mais não foi retirado o seu caráter de urgência.

Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:

(...)

II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

(Grifamos)

15. Vale ressaltar, que ao não possibilitar que o Requerente tivesse acesso a indenização, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele, além de impedir que este pudesse usar o dinheiro da indenização no seu tratamento médico, inclusive, é esse o entendimento do Tribunal de Justiça de Sergipe-TJSE, para deferir o dano moral como vemos no julgado abaixo transcrito:

*"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO – IRRESIGNAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO – MÉRITO – AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO – EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO – CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA – CONSTRANGIMENTO – **IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE – OCORRÊNCIA DE DANO MORAL** – MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL – MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO." ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: Apelação Cível. PROCESSO: 201800734169 Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE:SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO."*

16. Frise-se que, ao não possibilitar que o Autor tivesse acesso a um direito estabelecido em lei, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele.

17. Mais uma vez, é importante salientar que, a indenização por danos morais não esta sendo requerida em virtude do não pagamento do prêmio, más pelas consequências do não pagamento do mesmo, que deixou o Requerente desamparado, sem uma verba importante para custear o seu tratamento médico.

18. Diante do exposto, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

19. Frise-se, que valor menor não ira reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com o seu aporte econômico e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

III-DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.

c) Que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente a indenização devida, em virtude do acidente de trânsito narrado acima no valor de **R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referente aos danos causados em virtude ao acidente de transito sofrido, danos cognitivos**, respeitando os valores fixados no art. 3º, alínea II, da Lei no 6.194/74, e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação do Requerente não é aquela apontada, que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual corresponde ao dano causado em seu membro lesionado, aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Que seja julgada procedente a demanda para: condenar a Requerida em Danos Morais no montante estimado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ).

e) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbenciais, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC.

REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), valendo-se a Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.



Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com às custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

O Requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensado sua realização desde já.

O valor da causa é R\$23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Aracaju/SE, 20 de agosto de 2020.

ELTON SOARES DIAS

OAB/SE 10.289

PROCURAÇÃO

Outorgante: JOSE MARCOS VALENTIN PINTO, casado,
desempregado, RG: 3.216.090-9 SSP/SE, CPF: 019.582.395-85, residente e
domiciliado à Estrada da Caueira, S/N, Bairro Centro, Itaporanga d'Ajuda/SE, CEP:
49120-000.

Outorgado(a): ELTON SOARES DIAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob
o nº10.289 com endereço na Travessa Guaporé, nº889, bairro Siqueira Campos,
Aracaju/SE.

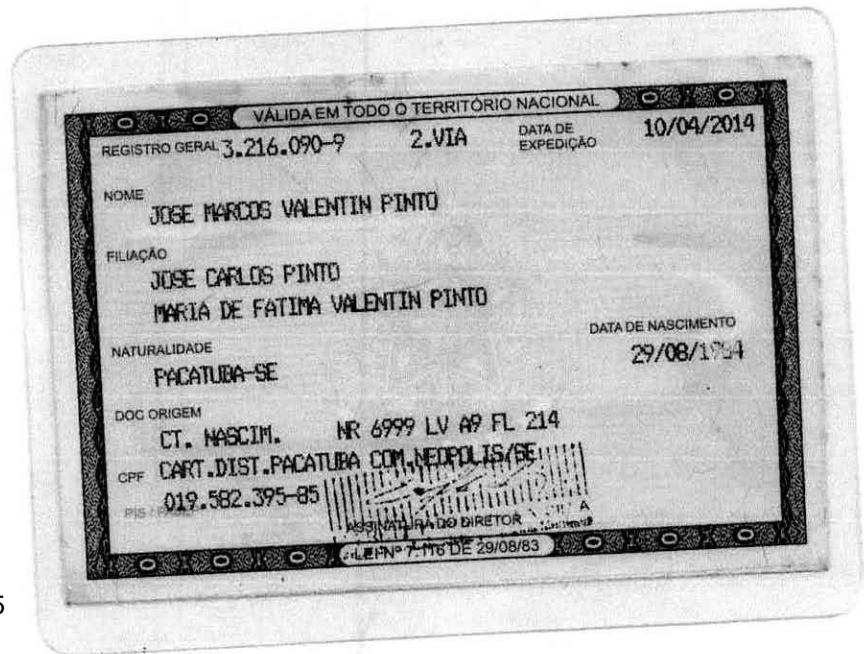
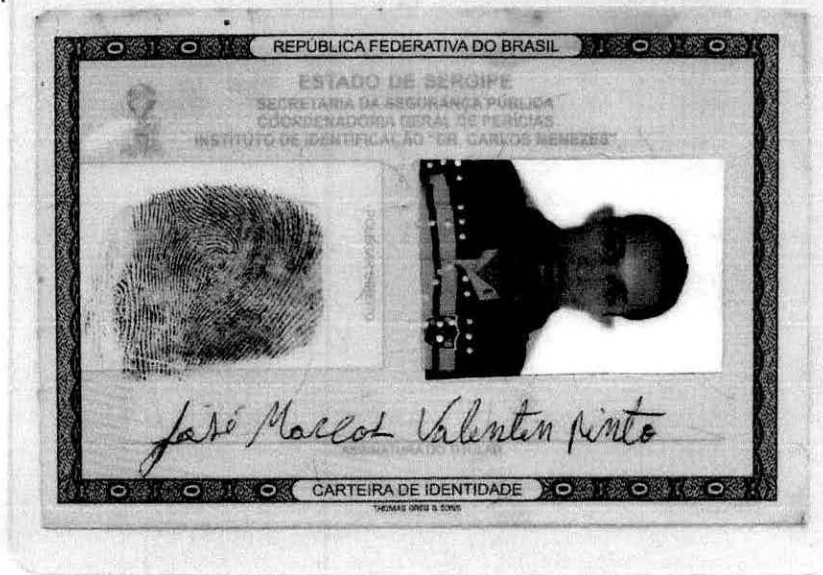
Poderes: por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o
outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicia et extra*, para o foro em
geral, e especialmente para: **PROPOR AÇÃO CÍVEL** em face
Sequedora Lúden,
podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em
qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e
praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel
desempenho deste mandato.

Poderes Específicos: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os
poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir,
desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir
justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou
valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer
plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha
e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante,

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais
poderes.

Aracaju, 30 maio 20 20

Jose Marcos Valentin Pinto
JOSE MARCOS VALENTIN PINTO



MARIA DE FATIMA VALENTIN PINTO
EST DA CALERA, S/N - AREA RURAL
ITAPORANGA OAJUÁ / SE CEP: 46120-000 (AG: 620)

Ligação: MONOFÁSICO
Clas/Sbc: RUR MTC 82 / RURAL - AGROPECUÁRIA RURAL
Roteiro: 11 - 830 - 877 - 3510 Referência: Ago / 2019
Medidor: W5036406687 Emissão: 18/09/2019



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGISA SA
Rua Min Antônio Sales, 01 - Itapó Barões
Aracaju / SE - CEP: 43040-150
CNPJ 12.017.462/0001-63 Insc Est: 270.767.426
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica NP016 150.826
Cód. para Débito Automático: 00007847044

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Ago / 2019	19/08/2019	18/09/2019	023.503.475-40 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 3/784706-4

Canal de contato

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	1	247	92
18/07/19	3454	18/08/19	3711			

Demonstrativo

CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa (R\$)	Valor Base Calc. Atual (R\$)	Base Calc. Paj (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS (R\$)	
		Tributos Total (R\$)		ICMS (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS (R\$)	
0601	Consumo em kWh	247,000	0,424420	104,93	0,00	0	0,00	104,93	0,94	4,28
0601	Adic. B. Amarela			1,57	0,00	0	0,00	1,57	0,01	0,06
0601	Adic. B. Vermelha			6,18	0,00	0	0,00	6,18	0,05	0,25
0610	Subsídio			33,10	0,00	0	0,00	33,10	0,29	1,35
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIB. ILM PÚBLICA			17,51	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 07/2019			0,62	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 07/2019			2,08	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0999	BÔNUS ITAIPU LEI 10.439/2002 07/2019			-0,31	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0899	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 07/2019			0,07	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0908	Devolução Subsídio			-31,48	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI	Código de Classificação do item	TOTAL	134,17	0,00	0,00	145,88	1,29	5,34
Tarifa e Tributos		0,403350						

Média últimos meses (kWh)
29%

VENCIMENTO
26/08/2019

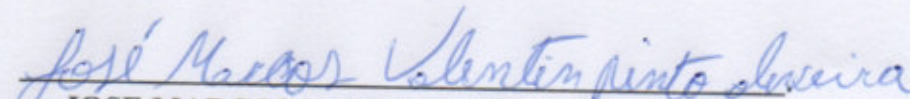
TOTAL A PAGAR
R\$ 134,17

Histórico de Consumo (kWh)

DECLARAÇÃO

Declaro sob as penas da Lei, que sou pessoa pobre na forma da Lei 1.060/50, não tendo condições de pagar as custas e eventuais despesas do presente processo sem prejuízo do seu sustento próprio e de minha família.

Aracaju/SE, 08 de abril de 2020.


JOSE MARCOS VALENTIN PINTO OLIVEIRA



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA - ITAPORANGA D'AJUDA -
SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 073424/2019-A01

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 15/08/2019 10:13 Data/Hora Fim: 15/08/2019 10:14
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Municipal de Itaporanga D'Ajuda

Data/Hora do Fato: 14/01/2018 17:00

Local do Fato

Município: Itaporanga d'Ajuda (SE)
Logradouro: ESTRADA DA CAUEIRA



Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: CARLOS ROBERTO VALENTIN PINTO (VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Itaporanga Sexo: Masculino Nasc: 18/05/1999
Profissão: Auxiliar de Serviços Gerais Escolaridade: Sem Informação
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: Maria de Fatima Vaqlentin Pinto Nome do Pai: José Carlos Pinto

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 078.253.195-40
RG - Carteira de Identidade: 3.794.168-2

Endereço

Município: Itaporanga d'Ajuda - SE
Logradouro: ESTRADA DA CAUEIRA Nº: S/N
Bairro: CAUEIRA
Telefone: (79) 99999-9748 (Celular)

Nome Civil: JOSÉ MARCOS VALENTIN PINTO OLIVEIRA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Pacatuba Sexo: Masculino Nasc: 29/08/1984
Profissão: Auxiliar de Serviços Gerais Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto
Estado Civil: Casado(a)
Nome da Mãe: Maria de Fatima Valentin Pinto Nome do Pai: José Carlos Pinto

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 019.582.395-85
RG - Carteira de Identidade: 3.216.090-9

Endereço

Município: Itaporanga d'Ajuda - SE
Logradouro: ESTRADA DA CAUEIRA Nº: S/N



Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto
Impresso por: Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Data de Impressão: 15/08/2019 10:14
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA - ITAPORANGA D'AJUDA -
SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 073424/2019-A01

Telefone: (79) 99843-9052 (Celular)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Aracaju - SE

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Ciclomotor
CPF/CNPJ do Proprietário 170.743.985-00	Placa QKU2148
Renavam 01077146881	Número do Motor WY139FMA14414758
Número do Chassi LWYMCA206F6013512	Ano/Modelo Fabricação 2015/2014
Cor VERMELHA	UF Veículo Sergipe
Município Veículo Aracaju	Marca/Modelo I/WUYANG WY50QT 2
Modelo I/WUYANG WY50QT 2	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido, Meio Empregado
Última Atualização Denatran 16/02/2016	Situação do Veículo NADA CONSTA

Nome Envolvido

Carlos Roberto Valentin Pinto

Envolvimentos

Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

Relata a vítima/comunicante que estava na garupa do ciclomotor acima mencionado, conduzido por CARLOS ROBERTO VALENTIN PINTO e licenciada em nome de JOÃO FERREIRA CANUTO NETO, quando se envolveram em um acidente no local, dia e horário acima citados, com uma motocicleta não identificada; Que com o impacto todos caíram sendo que a vítima/comunicante sofreu fratura no punho e no cotovelo da mão direita, cortes na face, quebrou quatro dentes e lesão na perna direita; Que a vítima CARLOS ROBERTO fraturou o braço direito, o maxilar e lesão na perna direita; Que as vítimas foram para o Hospital de Itaporanga D'Ajuda e depois foram transferidos para o Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE.

ASSINATURAS

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Escrivão de Polícia Judiciária

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida

Escrivão de Polícia

Matrícula 1033

Responsável pelo Atendimento

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE:

Jose' Marcos Valentin Pinto

DATA DA ENTRADA:

14/01/2018

DATA DA SAÍDA:

16/01/2018

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO:

PS ()

ENFERMARIA ()

UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de queda de moto, apresentando ferimentos e fraturas no membro superior de direita. O TC de crânio mostra ausência de fratura de alosoide ou hemorragia intracraniana. Realizada sutura de face. Evolução satisfatória e teve alta hospitalar.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Sutura de ferimentos de face.

EXAMES COMPLEMENTARES:

Rx face / Torax
TC crânio / face

MÉDICOS ASSISTENTES:

D. Ademir Lelis
D. Marcos Amorel

CONDIÇÕES DE ALTA:

MELHORADO (X)

TRANSFERIDO ()

ÓBITO ()

ARACAJU, 12 de março de 2018

Dr. Luiz P. B. L.

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

MS/ATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1662666
CNS:DATA: 14/01/2018
SETOR: 06-SUTURA

HORA: 20:10 USUARIO: CSSOUZA

Faturado
PS - Adulto

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : JOSE MARCOS VALENTIN PINTO DOC....
IDADE.....: 33 ANOS NASC: 00/00/0000 SEXO...: MASCULINO
ENDERECO.....: BAIRRO: NUMERO:
COMPLEMENTO....: SUS LENTO UF: SE CEP....: -
MUNICIPIO.....: ITAPORANGA D'AJUDA /MARIA DE FATIMA VALENTIN
NOME PAI/MAE...: JOSE CARLOS PINTO TEL....: 79-9957409
RESPONSAVEL....: PAI 8
PROCEDENCIA....: ITAPORANGA D'AJUDA
ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

Há 1 hora ulcera profunda de 4x6 cm, na escápula. Refere dor de cabeça, náusea e vômito. Usa analgésico. Desconhece a causa. A.B.C.D = sem alterações. E = FCC em laboratório e teste. ABD = flácido, peristaltico.

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM:

Cul: - Av. CBMT

Rx Fax 2P

DIAGNOSTICO:

- Rx tórax PA

CID: 57.01

- Difteria - Amox - 1g

PRESCRIÇÃO

Clonazepam 2mg 2x/dia

HORARIO DA MEDICACAO

Cefalosporina 7g CV
20.42Dra. Danielle S. Lima
Cirurgia Geral
Cir. do App. Digestivo
CRM 4194

FIM

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA - PS

REGISTRO: 96457

DATA DA SAIDA: 14/01/18

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

Data: 14/01/18
Hora: 20:10
Desistencia: 20:10
Faturado: 20:10
Faturado: 20:10

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

REALIZADO

AS

HORAS

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

BNF
14/01/18
20:33

Paciente vítima de queda de rede com Trauma
na face. Não houve uso de capacete. Relata inges-
tão de bebida alcoólica. Nessa ocasião, relatou
perda de consciência.

Ao exame físico apresenta ferimento na região.
Frontal + laceração externa em lábio superior.
Soluço no de face


Dr. Auremir Met
Cirurgia Buco-Maxilo-Facial
CRO 1432

Neurocirurgia
21:30h

Paciente 01 ECG-15
Isocósmico

TC do crânio: ausência de fratura da
abóboda em hemorragia traumática
intra-axial.
Liberado pelo Neurocirurgião.



Marcelo Barreto Barboza
Neurocirurgia
CRM 891

Q.

BNF
14/01/18
23:00

TC de face - / fratura.

CD: ① Realizar Sutura
② a base
③ Alta BNF


Dr. Marcelo Amaral
Bucco Maxilo Facial
CRO SE 2325

Q3/9

14/01/2018 23:00h

- Sutura na face - / fratura.
- Alta hospitalar.
- Alta na sala.



RELATÓRIO ESPECIALIZADO

Avaliação de perda funcional e Invalidez permanente, pós tratamento das vítimas de acidente do trânsito.

Número do sinistro

Nome do paciente: *José Marcos Vaqueiro Neto*

Data de nascimento: *29.08.1984*

Data do início do tratamento / Acidente *14.01.2018*

1 - Diagnóstico / Causas básicas:

Paciente vítima de queda de mão, em movimento, com movimento brusco do corpo, levando ao cair da bicicleta, com o braço direito dobrado no momento do impacto, por causa da queda e queda de tomografia de cabeça, com fratura múltipla da face, na região do maxilar, com fratura da base do crânio e fratura múltipla da face.

2 - Data / Tratamento Realizado:

14.01.2018

Paciente foi tratado de acordo com o protocolo de tratamento, com o uso de analgésicos para dor e anti-inflamatórios. Das dores no momento, com alta e orientar para ser acompanhado no Ambulatório de Retorno do Hx.

3 - Data / Exames Complementares / Resultados:

14.01.2018

*Tomografia de cabeça II ASR
RX do tórax II sem patologia.
RX da face III sem patologia.*

19.08.2019

Data

Renato Teixeira CRM 145.
Ortopedia - Traumatologia
[Assinatura]

Assinatura e Carimbo

4 - Hospitais / Serviços / Prestou atendimento:

14-01-2018 12 AM INDR NO HOSE

5 - Descrição das perdas funcional / Invalidez permanente / Pós-tratamento realizados:

→ Monie. Fossils can be used as biostratigraphic tools / markers

→ Оформление экспоната.

→ Tension Figure.

→ TUNGO NATIV

→ Amare: fulgore

→ Instructions Required

→ Processo em MSB. por Transmissão Corrente.

→ mobile fixate

→ PROBABLE PROBLEM
→ DISORDER OF CONNECTIVE TISSUE. ANGIOEDEMA & URTICARIA

6 - Alta definitiva do tratamento: 1 10/2019.

7 - Data do Exame do Paciente / 19/08/2019

8 - Segue Exame Anexo

9 - Médico responsável pela avaliação após análise da documentação do primeiro atendimento médico / Internação hospitalar / Histórico do paciente / Exame Físico / Exames Complementares:

Nome do Médico Renato Teixeira		Nº do CRM 1450	Fone: (079) 3211-5368	
Endereço Rua Itaporanga, Bairro Getulio Vargas		Número 598	Cidade Aracaju	Estado Sergipe

Atenção: As sequelas das lesões sofridas só poderam ser determinadas após decorridos 60, 90, 180... 1 ano ou mais tempo da alta definitiva

19082015

Data

Orthopädie - Traumatologie

Assinatura e Carimbo

Rio de Janeiro, 07 de Outubro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190495054

Vítima: JOSE MARCOS VALENTIN PINTO OLIVEIRA

Data do Acidente: 14/01/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), JOSE MARCOS VALENTIN PINTO OLIVEIRA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Não foi verificada a existência de sequela permanente prevista na tabela da Lei nº 6.194, de 1974, razão pela qual o dano pessoal não possui cobertura pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



SINISTRO 3190495054 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE MARCOS VALENTIN PINTO OLIVEIRA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO FREITAS

CORRETORA E SEGUROS EIRELI

BENEFICIÁRIO JOSE MARCOS VALENTIN PINTO OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 01958239585

Posição em 09-04-2020 11:49:14

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202071001506

DATA:

20/08/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202071001506

DATA:

26/08/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

2. Assim, cite-se o réu, pelo correio (art. 246, I do CPC), para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda

Nº Processo 202071001506 - Número Único: 0001969-71.2020.8.25.0036

Autor: JOSÉ MARCOS VALENTIN PINTO

Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, ante as disposições do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88.

1. Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido, havendo manifestado o autor desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à designação com fundamento no princípio da voluntariedade que rege a conciliação e mediação, comungando da opinião do ilustre processualista Alexandre Freitas Câmara, *in* Novo Processo Civil Brasileiro. Portanto, bastando, uma parte manifestar desinteresse falece eficácia à marcação do ato.

2. Assim, cite-se o réu, pelo correio (art. 246, I do CPC), para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC.

3. Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitiva a produção de prova.

4. Após, volvam conclusos.

5. Observe o serventuário, a disposição do art. 228 do CPC.



Documento assinado eletronicamente por **GILSON GUEDES CAVALCANTI NETO**, Juiz(a) de 1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda, em 26/08/2020, às 09:50:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001545534-53**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202071001506

DATA:

26/08/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202071004821 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda
Forum Felisbello Freire - Av. Emídio Maxi Neto, S/N
Bairro - Centro Cidade - Itaporanga d Ajuda
Cep - 49120-000 Telefone - (79)3264-3500

Normal(Justiça Gratuita)



202071004821

PROCESSO: 202071001506 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0001969-71.2020.8.25.0036
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: JOSÉ MARCOS VALENTIN PINTO
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: 2. Assim, cite-se o réu, pelo correio (art. 246, I do CPC), para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Residência : RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20031205
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **KAROLINE LEAO AQUINO DE OLIVEIRA MAXIMO**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda, em 26/08/2020, às 17:12:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001551738-96**.

